

Aquisição da linguagem: novos modelos e velhas análises?*

Ruth E. Vasconcellos Lopes**

1 Introdução

Este artigo é uma versão resumida e modificada do trabalho que apresentei durante o Encontro da Anpoll em Niterói. De uma certa forma já procura responder a algumas das questões levantadas pelos debatedores; mas, sobretudo, as modificações são fruto da ação do tempo transcorrido.¹

Originalmente, tentava argumentar que o Programa Minimalista (doravante, PM) não é apenas uma seqüência "natural" como solução para as possíveis limitações que o modelo de Princípios & Parâmetros (doravante, P&P) eventualmente tenha atingido, nem tampouco apenas um novo formalismo. Argumentava que o PM é antes uma nova forma de concepção da Faculdade da Linguagem e, portanto, da GU (Gramática Universal). E, nesse sentido, deveria abrir novas possibilidades para a área de aquisição da linguagem.

Esse ponto inicial será mantido; porém, o otimismo em relação à sua aplicação pela área de aquisição da linguagem é que será colocado em xeque. Em outras palavras, ontologicamente o PM parece atraente para colocar as questões de adequação explicativa e seu desenvolvimento nos últimos anos tem se mostrado bastante profícuo. Entretanto, os trabalhos em aquisição que se dão o rótulo de minimalistas se resumem a uma tradução das hipóteses de aprendizagem, já de muito em circulação, ao novo formalismo.

* Este artigo foi parcialmente escrito durante meu estágio de pós-doutorado na University of Maryland at College Park, bolsa CNPq (200478-01/0).

** UFSC.

¹ A versão tal qual apresentada na Anpoll encontra-se em Lopes (2001a). Agradeço aos profs. Drs. Miriam Lemle e Milton do Nascimento que o debateram na ocasião. Desnecessário afirmar que quaisquer problemas são de minha inteira responsabilidade.

Essas concepções serão discutidas aqui apenas conceitualmente e ilustradas com algumas propostas de análise mais recentes disponíveis na literatura em aquisição. É preciso ficar claro, no entanto, que não vai aqui nenhum pessimismo em relação à área de aquisição, que tem experimentado um enorme avanço desde P&P, talvez justamente o avanço que permite deslocar teoricamente a agenda de pesquisa (cf., sobre esse ponto, Chomsky, 1998 e 2001).

O artigo organiza-se da seguinte forma. Inicialmente, levantaremos algumas questões conceituais que fundamentam nossa discussão, para, na seção 3, discutirmos o que seria a "criança minimalista". A quarta seção fica reservada para a discussão final sobre o PM e a área de aquisição. À guisa de conclusão, levantaremos a questão sobre um eventual descompasso entre as propostas mais recentes no PM e o atual estágio descritivo da área de aquisição.

2 Algumas questões conceituais

2.1 ... mais técnicas

Nossa discussão aqui, especialmente no que tange aos conceitos mais técnicos, vai se limitar ao modelo minimalista clássico de Chomsky (1995), embora reconheçamos que aquele texto já seja considerado "histórico", dados os avanços no programa e a própria mudança em algumas concepções apresentadas em textos subsequentes de Chomsky (cf., especialmente, Chomsky 1999 e 2001), visando a uma versão mais dinâmica do programa.

Um dos pressupostos basilares da teoria gerativa tem sido a autonomia e especificidade da faculdade de linguagem, bem como seu caráter inato. Sem dúvida, este pilar continua tão sólido como nunca, porém, sofreu um certo deslocamento no PM. Agora a Faculdade da Linguagem é entendida, de uma certa forma, como encaixada nos sistemas de *performance*, pois interage com eles e deve satisfazer condições gerais externas impostas por eles. Teoricamente, então, a questão que se põe é: quais são as condições impostas à Faculdade da Linguagem em relação ao lugar que ocupa no conjunto de sistemas cognitivos da/do mente/cérebro? Ou, ainda, até que ponto é determinada por tais condições? Chomsky (1995) afirma que, se a Faculdade da Linguagem for determinada por condições gerais independentes como simplicidade, economia, simetria, não-redundância etc, então a linguagem é um "sistema perfeito" e, como tal, ímpar entre os demais siste-

mas naturais.² A idéia é que seja não-redundante e um sistema otimizado, na medida em que impeça que fenômenos particulares sejam sobredeterminados por princípios lingüísticos, visto que há condições externas que os determinarão, como, por exemplo, a linearização temporal das palavras em uma sentença, exigida em função de nossas características articulatorias e perceptivas.³ A otimização é derivada do fato de que a Faculdade da Linguagem dita, dentre outras coisas, princípios de economia que guiam o sistema. Essa é uma das grandes diferenças entre o PM e o modelo de P&P.

Em linhas gerais, a Faculdade da Linguagem é um componente da mente dedicado à linguagem; um componente que interage com outros sistemas, sendo específico à linguagem, mas não às línguas particulares; é comum à espécie e, portanto, uma dotação genética da espécie; finalmente, é composta por um sistema cognitivo e interage com sistemas de *performance* através dos níveis de representação lingüística nas interfaces que estabelece. A variação lingüística se restringe ao sistema cognitivo, que, além disso, armazena informações lexicais, por exemplo. Os sistemas de *performance* acessam a informação contida no sistema cognitivo para uso. Assim, são sistemas "externos" de dois tipos: articulatório-perceptivo (A-P) e conceitual-intencional (C-I), o primeiro estabelecendo interface com o nível de representação da Forma Fonética e o segundo, com o nível de representação da Forma Lógica.⁴ Essa dupla garante a díade som/significado; tanto quanto nos modelos anteriores, não se trata de uma relação direta, mas de uma relação intermediada pela Faculdade da Linguagem.

Essa concepção tem conseqüências bastante significativas, na medida em que há uma redução dos níveis de representação em relação ao modelo de P&P, no qual se concebia uma Estrutura-profunda à qual se aplicava a regra Mova- α , gerando, então, uma Estrutura-superficial, que intermediava as Formas Fonética e Lógica. Os diversos princípios aplicavam-se em um desses níveis

² Uriagereka (1998, 2002) mostra que essas propriedades, atribuídas por Chomsky apenas ao sistema lingüístico, também podem ser observadas em outros sistemas complexos, como estruturas fractais encontradas em sistemas físicos e biológicos. Como veremos mais adiante, a concepção de que a Faculdade da Linguagem se acomoda aos sistemas externos com que interage é alvo de disputa. Assumimos aqui a visão mais generalizada de que os sistemas de *performance* são externos à Faculdade da Linguagem, embora ainda pouco se saiba sobre eles. Chomsky (1998: 3) afirma: "A standard working assumption is that performance systems are external to FL. That is a simplifying assumption, not definitely known to be false, though it may well be, perhaps in important ways." Agradeço a Sérgio Menuzzi, comunicação pessoal, ter chamado minha atenção sobre isso.

de representação. Por exemplo, papéis temáticos aplicavam-se na Estrutura-profunda, enquanto o filtro de Caso era aplicado na superficial. No PM já não há mais esses níveis intermediários de representação, por não serem conceitualmente necessários, uma vez que não estabelecem nenhuma interface com os sistemas de *performance*. Desta forma, os princípios e critérios que se aplicavam nos diferentes níveis de representação passam a se aplicar somente nos níveis de interface, Forma Lógica e Forma Fonética, vinculando a noção de "estrutura possível" na língua a possibilidades de interpretação semântica e fonética, respectivamente. E prevê-se uma condição que garante isso: a condição de Interpretação Plena, que, para ser satisfeita, exige que as estruturas formadas nas interfaces sejam legítimas, para então receberem uma interpretação. A convergência em Forma Fonética e Forma Lógica é uma condição necessária para a boa formação de uma estrutura, já que uma expressão lingüística é formada pela associação entre objetos fonéticos e semânticos.⁵ A condição de Interpretação Plena descarta, por exemplo, variáveis não-vinculadas ou elementos sem papel-temático, no nível da Forma Lógica; no nível de Forma Fonética, rejeita símbolos sem traços fonológicos. Essa condição deve ser entendida apenas como uma condição de "legibilidade" dos símbolos adequados nas interfaces adequadas.

As diferenças entre as línguas limitam-se, tanto quanto no modelo anterior, a diferenças lexicais, mais especificamente, a diferenças nos traços formais de determinados elementos. A parametrização das línguas, então, passa a depender também dessa noção, mais especificamente da noção de traço forte, dando conta especialmente do movimento de elementos que são realizados em posições distintas daquelas em que são interpretados, uma característica essencial das línguas naturais. Aqui há outra diferença, entre os dois modelos, digna de nota. Em P&P, a regra Mova- α aplicava-se livremente, sendo as restrições aos movimentos uma consequência dos diferentes princípios da teoria, como o ECP (Princípio das Categorias Vazias, do inglês *Empty Category Principle*), para dar um exemplo. No PM, qualquer movimento de elementos deve ser motivado por alguma "necessidade" do sistema, como eliminar um determinado traço indesejável, por exemplo. Se um movimento não é necessário para que a estrutura chegue às interfaces, ele não ocorre. Isso se dá em função de determinados princípios de economia que regem o sistema. Tais princípios vão ditar, dentre outras

⁵ A convergência em Forma Fonética e Forma Lógica é uma condição necessária, mas não suficiente para a convergência de estruturas, já que condições de economia da derivação também devem ser satisfeitas.

coisas, que não se deve fazer nada – nenhum movimento, por exemplo – sem que haja uma necessidade para tal; além do mais, prevê que tudo que possa ser adiado no processo de formação de uma estrutura deve, efetivamente, ser deixado para algum outro ponto do processo. Vejamos (1) e (2):

- (1) Jean lave souvent son chien.
'João lava frequentemente seu cachorro'
- (2) a. John often washes his dog.
'João frequentemente lava seu cachorro'
- b. *John washes often his dog.
'João lava frequentemente seu cachorro'

Como fica claro pelas sentenças acima, há uma diferença crucial entre o francês e o inglês, no que diz respeito à posição do advérbio em relação ao verbo flexionado.⁶ O advérbio é um elemento adjungido ao VP, portanto, o problema parece se dar em relação ao verbo. As evidências mostram que em francês o verbo deve se mover para fora de VP, enquanto que em inglês isso não deve ocorrer, como mostra a sentença (2b), que é agramatical naquela língua. Provavelmente, então, há em francês um traço forte em T que faz com que o verbo se mova para lá, enquanto isso não ocorre em inglês. Esse movimento em francês é necessário antes que a estrutura vá para a Forma Fonética, e, desta forma, não pode ser adiado. Não se deve concluir, no entanto, que o francês seja, neste caso particular, menos econômico do que o inglês. As medidas de economia aplicam-se de outra forma, como veremos adiante. A distinção entre (1) e (2) mostra apenas uma diferença paramétrica entre essas duas línguas quanto a seus traços.

De forma bastante resumida, admite-se que os itens lexicais possam possuir traços fonológicos, semânticos e formais, estes últimos podendo ser traços categoriais, traços- ϕ (número, pessoa e gênero) e traços de Caso. Supostamente, traços fonológicos são interpretáveis apenas na Forma Fonética e, portanto, saem da derivação quando esta é enviada para tal interface (π , digamos), através de *Spell-out*. Da mesma forma, traços semânticos devem poder ser parte da Forma Lógica (λ). No entanto, traços formais podem ser interpretáveis ou não na interface C-I. Se forem [-interpretáveis], devem ser eliminados da derivação antes que essa alcance λ através de um mecanismo de checagem de traços que os apaga para fins da interpretação.

⁶ A discussão sobre esse fenômeno não é nova. Deve-se a Pollock (1989). Nós a utilizamos aqui apenas para ilustrar o ponto em questão.

Em termos de aquisição da linguagem, nesta perspectiva, uma das tarefas da criança é perceber a "força" de um determinado traço em uma categoria funcional, isto é, a criança deve perceber se um determinado traço é forte em sua língua – implicando movimento visível de uma categoria –, ou não. Esse é o espaço paramétrico no arcabouço do PM e sua espinha dorsal também:

"Chomsky (1995) has suggested, on pure linguistic grounds, that transformations, morphology and variation are all related. The logic of that proposal is that transformations are the system's response to eliminate (literally erase, through a process of "checking") morphology. Structural variations among languages (linguistic parameters) would correlate with where, specifically, morphology manifests itself and a transformation (typically movement) ensues. So from this perspective morphology is a kind of bug or virus that the system reacts to eliminate. Presence of morphology is language-specific, but the system response is universal." (Uriagereka, 2002: 7)

Vimos que os princípios da Faculdade da Linguagem se aplicam nas interfaces. As condições de economia, entretanto, são tidas como algoritmos do próprio sistema computacional. Há, desta forma, duas "qualidades" de princípios: os "substantivos" – aqueles que se verificam como condições impostas pelas interfaces –, e os "formais" – aqueles que traduzem as condições de economia sob as quais o sistema computacional opera. Seria importante ressaltar que a comparação de derivações em termos de economia só pode se dar a partir de uma mesma Numeração inicial (um conjunto desordenado de itens lexicais, grosso modo). A partir dela, forma-se o que Chomsky (1995) chama de *conjunto de referência*, ou seja, um conjunto das derivações convergentes que podem ser engendradas a partir de uma dada Numeração. Assim, se D é o conjunto de possíveis derivações que resultam no par (π, λ) , o conjunto das derivações convergentes C é, dessa forma, o subconjunto de D cujos membros são interpretáveis (satisfazem Interpretação Plena) em Forma Fonética e Forma Lógica. O conjunto de derivações A é o subconjunto de C selecionado por condições de economia; em outras palavras, as derivações que chegam aos sistemas de *performance* são apenas aquelas que convergem de forma otimizada – membros do subconjunto A.

Esse ponto é bastante importante para a área de aquisição, já que, se tomado seriamente, impede que se entenda "economia" como comparação entre gramáticas nos diferentes estágios do processo de aquisição da linguagem. Voltaremos a ele.

Havíamos mencionado anteriormente o "componente cognitivo" da Faculdade da Linguagem sem explorá-lo. Em termos bastante gerais, é formado pelo léxico e por um componente computacional. Esse componente armazenará informações de diversos tipos, sobre som, significado e organização estrutural, operando derivacionalmente. Dado um conjunto de palavras aleatoriamente escolhidas no léxico, formando uma Numeração, seus itens dão entrada no sistema computacional, que trabalha com duas operações básicas: uma que agrega elementos e outra que os move, formando expressões linguísticas Σ . Há um componente fonológico – um subsistema do sistema computacional – que mapeia Σ para π (o nível de representação em Forma Fonética) e um componente encoberto (*covert*) que continua a computação após a saída da informação para o componente fonológico, ou seja, um componente que leva aquilo que fica como resíduo em Σ até Forma Lógica. Como adiantamos acima, se há algum movimento premente em função de características de uma dada língua, como o caso do verbo em (1) para o francês, então ele se dá antes de a estrutura ir para o componente fonológico.

Finalmente, talvez fosse interessante ressaltar o que o PM especifica como conteúdo mínimo da GU, até pelas conseqüências que tem para a aquisição. Segundo Chomsky (1995), a GU determina a classe das línguas possíveis (os princípios universais e a faixa de variação possível, a partir de "força" de um traço em uma dada categoria funcional), determina as propriedades das Descrições Estruturais e dos símbolos que as compõem e especifica os níveis de interface, bem como as operações do sistema computacional para as derivações. Pressupõe-se também que GU seja um sistema derivacional que concatena objetos sintáticos, aplicando sobre eles princípios de economia ao longo de todo o processo, ou seja, localmente.

2.2 ... menos técnicas

Hornstein (2001:1) afirma: "It is my opinion that the implications of the Minimalist Program (MP) are more radical than generally supposed. I do not believe that the main thrust of MP is technical; whether to move features or categories for example. MP suggests that UG has a very different look from the standard picture offered by GB based theories." Talvez o principal ponto do PM seja o de que qualquer pressuposto tem que ser conceitualmente motivado (*virtual conceptual necessity*). Tudo que se propõe deve ser justificado ou em termos das condições externas dadas pelas interfaces, ou por condições de economia previstas para o sistema computacional, pontos a que voltaremos.

Assim, se as condições de economia do sistema computacional são relevantes para que a Faculdade da Linguagem opere otimizada, então devem ter um papel também na aquisição. Se a relação entre a Forma Fonética (PF) e a Forma Lógica (LF) é essencial para a Faculdade da Linguagem, enquanto interfaces do sistema computacional, então pressupõe-se que não apenas a Forma Fonética seja a interface transparente para a criança, mas que a Forma Lógica igualmente tenha o seu papel no processo de aquisição. Não seria exagero afirmar, seguindo Hornstein (*op. cit.*), que o PM não é apenas um novo formalismo, mas uma nova concepção, acrescentaríamos, teórica e metodológica.

Chomsky (1998) aponta duas versões para a tese minimalista: a fraca e a forte. A versão fraca baseia-se em *Occam's razor* e é o que Uriagereka (1999) chama de minimalismo "metodológico", pois busca a forma mais otimizada de teorizar; em poucas palavras, quanto menos, melhor: um axioma é melhor que dois, um algoritmo é melhor que dois etc. A versão forte, batizada por ele de minimalismo "ontológico", não considera quão ótima é a teoria sobre a Faculdade da Linguagem, mas quão ótima é a Faculdade da Linguagem propriamente.

"How well is FL designed? Suppose that a super-engineer were given design specifications for language: here are the conditions that FL must satisfy; your task is to design a device that satisfies these conditions in some optimal manner (the solution might not be unique). The question is: how close does language come to such optimal design?" (Chomsky, 1998: 7)

Chomsky (1998) argumenta que a abordagem de P&P, ao recolocar os objetivos quanto às adequações descritiva e explicativa, permite que se formulem atualmente, em função da grande contribuição que já trouxe para várias áreas, algumas novas questões em relação à Faculdade da Linguagem, em particular as colocadas acima. E, segundo ele, o PM é uma tentativa de formular e estudar essas questões, muito embora admita que as evidências empíricas e as expectativas minimalistas sejam, no mais das vezes, conflitantes. Além disso, na busca por um minimalismo "ontológico", a ferramenta de que se dispõe é a construção de uma teoria através do minimalismo "metodológico". O próprio Chomsky parece admitir: "There are minimalist questions, but no minimalist answers (...)" (Chomsky, 1998:7).

⁷ Em *Lectures on Dynamic Syntax*, mini-curso apresentado durante o III Encontro do CelSul, Porto Alegre.

De qualquer forma, essa constatação não o impede de construir o argumento. Seu ponto de partida é evolucionista: suponha-se que houve, por algum motivo, uma reorganização cerebral que tenha resultado na emergência da Faculdade da Linguagem que deve satisfazer algumas condições do que chama de "legibilidade" – condições externas⁸ a ela – para que outros sistemas mentais possam ter acesso a expressões geradas por seus estados, ou seja, pela Língua-I[nterna], de forma a serem usadas como instruções para o pensamento e a ação.

"We can try to formulate clearly – and if possible answer – the question of how good a solution FL is to the legibility conditions, and these alone. That is essentially the topic of the minimalist program." (Chomsky, 1998:11, grifo meu)

Inicialmente, nosso ponto era de que essa visão traria a reboque uma nova perspectiva para a área de aquisição, pois a tensão que normalmente se estabelece entre adequação descritiva e explicativa tende a se minimizar tanto mais o programa se mostre viável como agenda de pesquisa. Teoricamente parece ser esse o caso, conquanto metodologicamente talvez não, como procuraremos discutir mais à frente. De toda forma, a tese forte do PM também apresenta seus corolários:

"Suppose that FL satisfying legibility conditions in an optimal way satisfies all other empirical conditions too: acquisition, processing, neurology, language change, ... Then the language organ [FL] is a perfect solution to minimal design specifications." (Chomsky, 1998: 13)

Obviamente não se pode lançar um olhar ingênuo sobre isso. O que se disser sobre a Faculdade da Linguagem dependerá em grande medida do que for estabelecido como condição externa. Entretanto, não se sabe muito sobre sistemas externos. Então o problema é estabelecer as condições e tentar, ao mesmo tempo, satisfazê-las, muito provavelmente através do minimalismo "metodológico". Talvez por ser um ponto nevrálgico para o programa, já comporta visões bastante diferenciadas. Há aqueles que, como Chomsky, consideram que as condições externas restringem o sistema computacional da Faculdade da Linguagem, que se acomoda a elas. Há outros que consideram que as condições

⁸ Estamos usando repetidamente o termo "condições externas" para *bare output conditions*: "(...) "output" because they are conditions on interface levels, hence "outputs" on a derivational approach; "bare" to distinguish them from filters, ranked constraints, and other devices that are part of the computational system itself." (Chomsky, 1998: 10, n. 16)

externas são um reflexo do funcionamento da Faculdade da Linguagem.⁹ Qualquer que seja o caso, entretanto, as restrições são parte do programa.

Lembremos, como contra-ponto, do que ocorria em termos descritivos no âmbito do modelo de P&P. Se por um lado a noção de parâmetro como propriedade de categorias funcionais parecia ser a mais adequada, por outro, trouxe como consequência uma profusão de novas formulações como forma de acomodar as evidências empíricas (cf., nesse sentido, Meisel, 1997). É nesta medida que acreditamos que o PM traga uma lufada de ar fresco, pois, programaticamente, é mais restritivo.

Espera-se, conseqüentemente, que o PM incorpore aquilo que se mostrou relevante, motivando independentemente as categorias através das condições de "legibilidade". E de fato, Chomsky propõe apenas aquelas categorias funcionais que são relevantes para a interpretação de uma estrutura em Forma Lógica: DP, TP, CP – as que asseguram referência a uma sentença. A qualidade de [força] de um traço nessas categorias será relevante, constituindo, assim, aquilo que é parametrizável entre as línguas e que se dá a "ver" pela criança adquirindo uma língua, através do movimento de categorias compreendido pela Forma Fonética. O problema a ser enfrentado é não utilizar a noção de traço como um forte aparato descritivo, voltando àquilo que se mostrou inadequado no modelo de P&P, agora através de uma mera tradução da noção de categoria funcional em traços diferenciados nas categorias relevantes para interpretação de uma derivação. Ou, ainda, não apenas traduzir as hipóteses de aprendizagem desenvolvidas no âmbito de P&P em termos do novo formalismo, adaptando noções como economia ou incorporando algoritmos estranhos à GU como uma forma de explicar o processo de aquisição.

3 A criança minimalista

A base epistemológica do modelo, como se pôde observar pela discussão feita até aqui, continua imutável. Assim, considera-se que a Faculdade da Linguagem tenha um estado inicial (S_0) que, nas palavras de Chomsky (1998), é uma "expressão dos genes", e, portanto, é uniforme na espécie. Dado que ela determina a classe das línguas possíveis, através dos princípios e da faixa de variação possível (os parâmetros), é lícito afirmar que a Faculdade da

⁹ O primeiro grupo, digamos, é representado pelo grosso dos trabalhos na área. No segundo grupo poderíamos incluir os trabalhos de Uriagereka, por exemplo, entre outros.

Linguagem passa por mudanças de estado em função de sua interação com o meio ambiente, que proverá as informações necessárias para o acionamento de determinados parâmetros de forma a atingir um estado L, por exemplo. "If Jones's FL is in state L, we say that Jones has (speaks, knows, ...) the (I-)language L." (Chomsky, 1998: 3)

Assim, como em todos os modelos, os objetivos a serem alcançados envolvem a descrição das línguas (S_i) – ou estados da Faculdade da Linguagem –, e o estado universal inicial (S_0). As gramáticas particulares seriam teorias sobre S_i e a GU, uma teoria sobre S_0 . Há, então, que prever o que se pode entender como GU no PM, para que se possa pensar sobre o percurso entre S_0 e S_i – tarefa dos aquisicionistas.

Como já ressaltamos, o mais importante é perceber que toda a faixa de variação possível entre línguas se explica, no programa, através da noção de traço (e de sua "força"). Cabe, portanto, à criança adquirindo uma língua "descobrir" quais são os traços relevantes na gramática-alvo e isso, em última instância, associa-se aos movimentos que ocorrem na sintaxe visível. Voltemos aos exemplos (1) e (2), discutidos anteriormente.

O fato de o verbo ter que ser alçado em francês deve sinalizar para a criança que há alguma categoria funcional com um traço V forte para onde o verbo tem que ir a fim de checar esse traço. O inglês sinalizaria o contrário. Há vários princípios que entram em jogo aqui.

Essa perspectiva demanda do modelo que responda a uma pergunta essencial: por que o movimento visível não é generalizado em todas as línguas ou seja, por que varia de língua para língua? As respostas a essa pergunta são formuladas no âmbito da teoria através dos princípios de economia e da teoria de checagem de traços. Mas devem ser recolocadas também a partir da perspectiva da aquisição.

A primeira pergunta a fazer é: por que a criança não assume que nunca há movimento na sintaxe visível, apenas no componente encoberto, já que o primeiro envolve custo para o sistema computacional e há um princípio em GU que restringe custo? Porque se houver um traço forte a ser checado, esse processo poderá violar um determinado princípio de economia, sob pena de as derivações nunca convergirem. Assim, tem-se que levar a sério a restrição de que as derivações, para convergirem, podem violar princípios de economia e pressupor que a restrição faça parte de GU, como algo relevante para a aquisição, e não seja tida apenas como um aparato de funcionamento do sistema computacional.

"UG must provide for a phonological component that converts the objects generated by the language L to a form that these "external" systems can use: PF, we assume. (...) These requirements might turn out to be critical factors in determining the inner nature of C_{int} , in some deep sense, or they might turn out to be "extraneous" to it, inducing departures from "perfection" that are satisfied in an optimal way. The latter possibility is not to be discounted." (Chomsky, 1995: 221)

Pode-se estabelecer um paralelo: se o sistema computacional deve lidar com o objeto sintático de forma a enviar aquilo que é relevante como informação para as interfaces apropriadas, pode-se afirmar que a GU terá que guiar a criança nesse processo para que ela faça uso do *input* como forma de determinar sua língua, convertendo esses objetos eventualmente "estranhos" em algo que se possa utilizar na Faculdade da Linguagem.

Essa concepção faz com que, para o processo de aquisição, um grande peso recaia sobre a Forma Fonética, como a interface privilegiada de fonte de evidências para a criança, por ser tomada como o lugar "visível" de variação entre as línguas.

No entanto, teremos que as condições externas – condições de legibilidade –, ao menos na visão mais tradicional, talvez sejam as únicas a ditar o funcionamento da Faculdade da Linguagem, devendo refletir, sobretudo, uma correlação otimizada entre as interfaces também. Isso, por outro lado, abre uma janela para a aquisição, por trazer também a Forma Lógica para a discussão, mas coloca uma responsabilidade ainda maior sobre a área, na medida em que os fenômenos relevantes para o processo de aquisição devam, pelo menos idealmente, refletir essa correlação. Talvez o fato de a Forma Lógica ser considerada uniforme entre as línguas também ajude a criança no processo de aquisição, tópico pouco explorado pelo campo.¹⁰

¹⁰ Van Kampen (1997), trabalhando com a aquisição de holandês, faz essa proposta. Segundo ela, a criança começa com estruturas muito mais próximas da Forma Lógica do que da Forma Fonética e o processo de aquisição envolve, nesse sentido, aumentar as discrepâncias entre as representações. Assim, a criança sairia de uma "super-língua" para uma "língua menor", paulatinamente, à medida que percebesse que as opções que ela tem em Forma Lógica estão restritas pelas representações encontradas em Forma Fonética para a sua língua. Para van Kampen, a criança apresenta uma discrepância muito menor entre Forma Fonética e Forma Lógica do que os adultos, usando representações fonológicas mais analíticas do que os adultos e que são possíveis em alguma língua (e eventualmente marginais na língua que está adquirindo). A discrepância tenderá a aumentar à medida que a criança for acionando os parâmetros para sua língua, através dos traços relevantes nas categorias funcionais, deixando de usar as opções que tinha disponíveis.

Finalmente, quanto aos parâmetros, se se reduzem aos traços, mais especificamente aos traços fortes que determinarão movimento e, assim, àquilo que é "visível" para a criança, há, então, que definir sua gama de variação – um trabalho ainda no nível descritivo que, espera-se, dada a agenda minimalista, não se converta nas "categorias funcionais" de P&P apenas.

Interessantemente, ao menos no âmbito da área de aquisição, não tem sido esse o espaço privilegiado de argumentação. O problema tem se circunscrito mais a propostas de "falta" de traços do que no excesso deles e esse tipo de proposta tende a se vincular a determinadas noções de economia. É isso que procuraremos ilustrar na próxima seção.

4 Minimalismo e aquisição

Parece razoável afirmar que há basicamente duas grandes hipóteses em aquisição da linguagem (e muitas variações sobre o mesmo tema). Uma tende a olhar para a produção infantil como um reflexo direto da competência da criança; assim, o que quer que seja diferente em suas gramáticas em relação à gramática-alvo a ser adquirida, considera-se como evidência para a falta da competência adulta apropriada. Normalmente, no âmbito do P&P, tais explicações se respaldavam em a criança projetar ou não determinadas categorias funcionais como AgrP, TP, CP, DP etc.

Por outro lado, há estudos que se valem da *performance* como fonte de explicação, argumentando que crianças apresentam limites quanto à complexidade dos enunciados que produzem. Assim, considera-se que as crianças tenham a mesma capacidade gramatical dos adultos e as diferenças encontradas resultem de fatores externos, não de conhecimento lingüístico deficiente.

Vamos nos ocupar aqui apenas do primeiro tipo de hipótese. O que faremos é listar algumas propostas mais recentes na tentativa de mostrar que, no que tange às explicações na área de aquisição da linguagem, operam com o minimalismo da mesma forma que se operava no modelo de P&P. Ou seja, não se fala mais em não-projeção de determinadas categorias funcionais, porque isso não faria sentido no modelo, mas pressupõe-se que determinados traços em tais categorias não estejam ainda operantes. Esse tipo de abordagem incorpora também os princípios de economia, porém, através de uma perspectiva totalmente diversa daquela proposta para o funcionamento do sistema computacional da Faculdade da Linguagem. Em termos de aquisição da linguagem, as medidas de economia são usadas para justificar as diferenças detectadas entre uma dada gramática adulta esperada e aquela produzida pela criança.

O cálculo de economia do sistema é usado como metáfora para a gramática da criança, considerando-a mais econômica do que a do adulto. No entanto, conforme já discutimos, teoricamente, condições de economia aplicam-se no decorrer de uma derivação particular, comparando diferentes possibilidades derivacionais de forma local (concatena-se um elemento em um dado ponto da derivação ou move-se um outro anteriormente concatenado, por exemplo) dada uma mesma Numeração inicial. Portanto, como definidas, essas condições não poderiam ser usadas como medida para comparar gramáticas, sob pena de acabarmos admitindo que, para determinados fenômenos, determinadas línguas são mais econômicas que outras. Por exemplo, uma língua que exige movimento de verbo para checar um traço-V forte em T seria menos econômica do que uma língua que não exige esse movimento na sintaxe visível?¹¹ Na mesma linha, então, não se poderia considerar como mais econômico um estágio da gramática da criança em que, supostamente, ela não demonstre um movimento em sintaxe visível do que o estágio em que esse traço da língua surja? Se fosse esse o caso, teria que haver outros princípios de economia no sistema que garantissem a comparação entre gramáticas, já que isso impõe medidas globais de economia.

Roberts (1997), por exemplo, propõe que línguas crioulas têm apenas traços fracos em seus parâmetros. Segundo ele:

"We can relate the tendency towards weak parameter values to the nature of the trigger. (...) If the triggering data for strong values is not available to the learner, the learner's preference for maximally elegant representations will always favour weak feature values since these give rise to representations that are simpler than those arising from strong feature values. Hence weak feature values will tend to predominate. So we can relate the unusual circumstances of creole acquisition to a propensity for unmarked, i.e. weak, feature values." (pp. 12-3)

Seria o caso de imaginarmos por que, de forma geral, crianças não assumam sempre a "representação mais elegante". Se há algum uso de princípios de economia operando de forma diversa daquela prevista para o funcionamento do sistema computacional, então a previsão talvez fosse justamente a inversa. Crianças pequenas nem sempre – dada a mesma Numeração, para uma mesma derivação – escolhem o caminho mais econômico, podendo se aproximar mais de LF (portanto evidenciando movimentos que

de outra feita seriam feitos apenas no componente encoberto) do que de PF (cf. nota 10). Essa última opção, entretanto, não implica comparar gramáticas e talvez seja um processo natural de seleção dentre gramáticas, de afinilamento das opções.

Encontramos o mesmo tipo de argumentação de Roberts (*op. cit.*) em Platzack (1996), Armon-Lotem (1998), dentre inúmeros outros. Platzack parte de um ponto bastante semelhante ao que estamos levantando aqui – a inadequação explicativa de P&P e a forma como o PM restringe as possibilidades:

"The introduction of the concept PARAMETER in the pre-minimalistic theory, i.e., principles of language taking more than one value and hence the theoretical correlate to crosslinguistic variation, was an important step forward, since it enabled us to describe all human languages as different instances of the same basic object. However, the parameter concept itself was rather fuzzy, and most attempts to find constructions in different languages correlated by a particular value of a single parameter can be severely doubted.

In a minimalist grammar, on the other hand, there is no confusion regarding parameters. The range of possible differences between languages is laid down within the system as the dichotomy <±PF-visible>, i.e., strong features versus weak features on functional categories. Future will tell if there are other theoretically unclear concepts undermining the validity of the minimalist program, but with respect to parameters, it is obviously a step forward." (p. 375)

Estabelecido o ponto teórico sobre o caráter mais restritivo do PM, o autor parte para sua proposta em aquisição, assumindo que as considerações de economia do PM implicam que a hipótese inicial da criança adquirindo uma língua é a de que todos os traços sintáticos sejam fracos, proposta semelhante a de Roberts para as línguas crioulas:

- (3) Initial Hypothesis of Syntax (IHS)
All instances of feature checking take place after spell-out (p. 376)

Para Platzack o que move a criança a deixar esse estágio inicial de "paralisia" de movimentos em sintaxe aberta é a tensão que ela percebe entre checagem de traços adiada até a Forma Lógica e aquilo que ela recebe em Forma Fonética. A criança, portanto, deve lançar mão de algum mecanismo que viole IHS para que possa adquirir a gramática de sua língua. Embora o autor seja silente em relação a qual seja o possível mecanismo de violação de IHS, imaginamos que possa fazer referência à

¹¹ Esse era o espírito em Chomsky (1989), rapidamente abandonado por sua inadequação explicativa.

necessidade de convergência de derivações. Trabalhando com a aquisição de sueco, o autor tenta mostrar que, desde muito cedo, raramente a criança move elementos para posições de traços fracos, além de raramente apresentar casos de falta de movimento de categorias para posições de checagem de traços fortes. Contudo, se é esse o caso, parece que sua IHS pouco impacto tem sobre o processo de aquisição, conquanto seja mais uma estipulação do que haveria em GU inicialmente para a criança minimalista.

Armon-Lotem (1998), trabalhando com a aquisição de DP no hebraico, também propõe uma hipótese minimalista:

- (4) a. From the beginning, children basically have access to the whole tree including functional heads;
b. Nevertheless, children use a "minimalist" approach – a least effort principle:
do only what you have to do in order to generate a locally well-formed representation. (p. 17)

Apesar da concepção "minimalista" meio estranha de que a criança tenha acesso a todo o esqueleto arbóreo, incluindo as categorias funcionais, cremos que a autora esteja se referindo ao léxico, ou seja, desde sempre a criança tem a sua disposição todo o elenco de categorias funcionais previstas na Faculdade da Linguagem. A parte (b) de sua hipótese traduz as concepções minimalistas: não faça operações desnecessárias, procrastine operações que imponham custo ao sistema, calcule economia de forma local etc.

O interessante em seu trabalho, no entanto, é que a autora afirma que o problema em aquisição está justamente no fato de que a criança terá que se dar conta de que há mais a fazer do que (b) possa indicar. Ou seja, para adquirir uma língua, a criança terá que violar (b). Assim como Platzack (*op. cit.*), Armon-Lotem também não explicita que tipo de mecanismo ou algoritmo em GU levaria a criança a violar (b). Supostamente, seriam os movimentos de determinados elementos para checar traços em núcleos funcionais. Em outras palavras, a criança teria que perceber que núcleos funcionais são pontos de checagem. Desta forma, a falta de movimento de algumas categorias na produção infantil sugeririam, segundo sua proposta, que a obrigatoriedade de núcleos funcionais e dos traços associados a eles – relevantes para checagem e desencadeadores de movimento – seriam identificados pela criança, ao menos na aquisição de possessivo em hebraico, tardiamente. No final do dia, então, a criança adquirindo uma língua tanto viola (b), como viola (a). Duas questões surgem: (i) como uma derivação pode

ser localmente bem formada se não há projeção das categorias funcionais relevantes, ou ainda que haja sua projeção, os traços associados a elas não são identificados, de alguma forma, para checagem? (ii) o que acontece com o mecanismo de checagem previsto no funcionamento do sistema computacional para convergência de derivações? Essa aparente criança minimalista acaba por ter que lançar mão de outros mecanismos de convergência de uma derivação que não os previstos em GU. Porém, uma vez mais, nada se postula sobre eles.

A hipótese de um mecanismo de checagem de traços mais "deficiente", digamos, durante a fase de aquisição tem recebido muitos adeptos e diferentes versões. Por exemplo, Clahsen *et al.* (1996) postulam que determinados mecanismos de checagem se apliquem no "vácuo", enquanto a criança não adquirir as categorias funcionais relevantes. Esse é, aliás, um excelente exemplo de tradução de velhas hipóteses em novas roupagens teóricas. Era exatamente esse tipo de proposta que estava em jogo em trabalhos maturacionistas que admitiam estruturas "truncadas" (Rizzi, 1994), ou projeção apenas de categorias lexicais que garantissem a interpretação léxico-temática de uma sentença (Radford, 1997), ou, para ficarmos ainda mais próximos da análise de Clahsen *et al.* (*op. cit.*), propostas que estabeleciam, por exemplo, que princípios como o da Projeção Estendida (EPP) se aplicariam vacuamente por envolverem uma categoria funcional ainda ausente na gramática infantil (Guilfoyle; 1984, dentre outros).

Wexler (1998), por outro lado, propõe que as categorias funcionais relevantes sejam adquiridas bastante cedo, assim como seus traços; porém, é o mecanismo de checagem propriamente que funciona de forma diferenciada durante a aquisição. Em linhas muito gerais, o autor propõe AgrP e TP como dois núcleos funcionais independentes, adquiridos mesmo antes do estágio de duas palavras. Propõe, ainda, que ambas as categorias possuem um traço D/N forte (EPP) a ser checado contra um elemento nominal. No entanto, enquanto a criança se encontrar no que o autor denomina de "estágio do infinitivo opcional", um núcleo pode ser ativado, mas não necessariamente o outro, para uma determinada derivação, produzindo as seguintes possibilidades, evidenciadas na fala de crianças adquirindo inglês:¹²

¹² Durante o estágio do infinitivo opcional a criança produz tanto infinitivas raízes como sentenças finitas. Wexler assume que esse estágio seja universal, mas esteja também correlacionado a variações paramétricas. Em línguas de sujeito nulo, como o italiano, a criança passaria muito rapidamente por ele.

- (5) a. [+agr, + tempo] he likes/liked ice cream. ('ele_{NOM} gosta/gostava de sorvete')
 b. [+agr, - tempo] he like ice cream. ('ele_{NOM} gostar de sorvete')
 c. [-agr, + tempo] him liked ice cream. ('ele_{ACCUS} gostava de sorvete')
 d. * [-agr, - tempo]

Suas pressuposições são de que AgrP domine TP e de que traços de Caso (Nominativo) sejam checados por AgrP. Isso explicaria exemplos como (5c), cujo sujeito é realizado pelo componente morfológico com um caso *default* (para o inglês, caso Acusativo). A falta de TP, por outro lado, licenciaria um PRO como sujeito, como na gramática adulta (como em "PRO like ice cream" – 'PRO gostar de sorvete').

No entanto, é preciso notar que, segundo sua proposta, a gramática adulta envolveria os dois núcleos funcionais e os dois demandariam checagem de traço (EPP). Como então as estruturas encontradas na gramática infantil convergem? Para dar conta dessa discrepância, Wexler propõe uma restrição só existente nas gramáticas infantis:

- (6) Unique Checking Constraint
 The D-feature of a DP can check against one functional category only. (p. 59)

Uma vez mais a criança é aquela que "faz menos", agora não através de alguma condição de economia, mas através de um mecanismo especial de checagem de traços. E mais uma vez, a criança precisa violar a restrição em (6) quando deriva as estruturas previstas em (5a). A história que Wexler esquece de contar é como (6) deixa de ser operacional na gramática infantil, embora possamos imaginar que a partir do momento em que todas as derivações tenham que violar (6), a restrição desapareça.

Um outro tipo de abordagem encontrado na literatura recente em aquisição prevê que as categorias funcionais estejam presentes desde o início do processo, assim como o funcionamento do sistema computacional seja o mesmo para o adulto e para a criança adquirindo uma língua. A diferença entre as duas gramáticas seria explicada através da subespecificação dos traços formais tanto nos núcleos funcionais, quanto nos elementos categoriais que os checam. Ilustraremos a proposta através de Hoekstra *et al.* (1997).¹¹ Também trabalhando com a fase do infinitivo opcional e tentando correlacionar esse fenômeno a vários outros no processo inicial de aquisição, Hoekstra *et al.* assumem que as sentenças infinitivas raízes são instâncias de subespecificação do traço de Número nas categorias verbais e nominais. De acordo com os autores:

¹¹ Como é sempre menos doloroso criticar o trabalho alheio, devo observar aqui que meus trabalhos recentes seguem a mesma linha de argumentação (cf. Lopes 2001b e 2002).

"In the nominal domain Number is inherently determined by the referent of the nominal phrase, while in the verbal system, Number is derivative; it encodes a property of a dependent, the subject, rather than of the verb itself. (...) Thus, just as we find agreement when features (eg. Person) are specified, we expect correspondences when features are left unspecified. (...) Specifically, we expect root infinitives to occur with subjects that are likewise unspecified for Number, and conversely, we expect finite verbs to have subjects that are specified for Number." (p. 296)

Os autores assumem que DPs radicalmente vazios (como PRO) e núcleos nominais despojados (*bare Ns*) sejam subespecificados para o traço de Número. A predição, então, é que não haverá desacordo entre traços de concordância, o que explica o fato de que não se encontram DPs plenos como sujeito de sentenças infinitivas raízes na produção infantil. Por outro lado, se o sujeito tem todos os traços especificados, então a gramática infantil se comporta como a gramática adulta.

A subespecificação de traços está diretamente vinculada à aquisição da morfologia de uma língua. Uma vez que a morfologia esteja no lugar, todos os traços recebem uma especificação. O que normalmente não se explica é como o sistema computacional lida com os traços subespecificados, afinal eles são parte de um dado núcleo. Supostamente, desde que um traço não se encontre especificado em um núcleo e nem no elemento que o tenha que checar, então não haverá um "desacordo" de traços e as derivações poderão convergir. Note-se que o processo não envolve valoração de traços ("sou singular"), o que se dá durante uma derivação, nem se pressupõe que os traços não existam em um dado núcleo; um determinado traço apenas não recebeu ainda uma das duas opções possíveis: [\pm "traço x"].

Resumindo, vimos, sempre a título de ilustração, que as análises minimalistas tendem a ir em duas direções, a saber, vinculam-se a condições de economia ou ao funcionamento do sistema computacional. No primeiro caso, entretanto, não são as condições de economia tais quais previstas no PM e sim mecanismos de aprendizagem. A priori, não há nada positivo ou negativo em relação a esse tipo de análise, porém, tais mecanismos têm que ser explicitados como hipóteses de aprendizagem. No segundo caso, temos traduções do que se fazia em P&P, ainda que de forma mais restritiva, ao âmbito do PM.

Alguns poderiam objetar dizendo que a área de aquisição está, ao menos, praticando o minimalismo metodológico, ainda que não chegue ao ontológico. Mas nos parece que nem isso, na

medida em que se pressupõem restrições adicionais na gramática da criança e restrições de uma natureza estranha à Faculdade da Linguagem. Ou seja, ainda nem chegamos a atingir a "navalha de Occam".

Atkinson (1996), argumentando em linha bastante semelhante à assumida aqui, afirma:

"(...) this is also inconsistent with one of the most basic principles [Principle of Full Interpretation] of the linguistic theory of the last decade. Does this matter? Well, I think that it does, and that, to use a telling phrase from Donald Davidson, the "casual enrichment" of the system being adopted by the acquisition theorist should not go unchecked. In some cases, the consequences of such enrichment may be few and feeble, in others, they may be weighty." (p. 470)

Nosso ponto, como o de Atkinson, era também apontar que as soluções na área de aquisição podem ser pesadas. Mas que não se leia aqui nenhum pessimismo. Ao menos no nível descritivo, muitos foram os avanços desde P&P. Atualmente já se conhecem inúmeros fenômenos que parecem ser universais nos processos iniciais de aquisição da linguagem, tais como o estágio do infinitivo opcional, o estágio do sujeito nulo, a assimetria inicial entre a produção de sujeitos e objetos, a fixação precoce na ordem de elementos em uma sentença etc.

5 Palavras finais: para além da adequação explicativa?

O artigo originalmente apresentado na Anpoll foi fechado com a afirmação de que mesmo que o minimalismo ontológico se mostrasse inatingível, o metodológico poderia ser uma boa ferramenta dissipadora da tensão entre a adequação descritiva e a explicativa. No entanto, esse foi o ponto debatido aqui, especialmente na seção anterior.

Parece haver um descompasso entre teoria e aplicações. Não vou me estender aqui nesse ponto, mas, para encerrar, cito *Beyond Explanatory Adequacy* (Chomsky, 2001):

"In principle, then, we can seek a level of explanation deeper than explanatory adequacy, asking not only *what* the properties of language are, but *why* they are that way." (p. 2, ênfase do autor)

Aparentemente, assim como as crianças muito pequenas, nós, os aquisiçãoistas, ainda estamos na fase do "o que" e não conseguimos vislumbrar a fase do "por quê?".

Referências

- ARMON-LOTEM, S. (1998) Mommy sock in a minimalist eye: on the acquisition of DP in Hebrew. Em Dittmar & Z. Penner, eds., *Issues in the Theory of Language Acquisition*, 15-36. Bern: Peter Lang.
- ATKINSON, M. (1996) Now, hang on a minute: some reflections on emerging orthodoxies. Em Clahsen, H., ed., *Generative Perspectives on Language Acquisition*, 451-485. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- CHOMSKY, N. (1989) *Some notes on economy of derivation and representation*. Ms., MIT, Cambridge (EUA). [Re-impresso em Chomsky (1995).]
- . (1993) A minimalist program for linguistic theory. Em K. Hale & S. Keyser, eds., *View from building 20*, 1-52. Cambridge (EUA): MIT Press.
- . (1994) Bare phrase structure. *MIT Occasional Papers in Linguistics* 5.
- . (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge (EUA): MIT Press.
- . (1998) *Minimalist inquiries: the framework*. Ms., MIT, Cambridge (EUA).
- . (1999) *Derivations by phase*. Ms., MIT, Cambridge (EUA).
- . (2001) *Beyond Explanatory Adequacy*. Ms., MIT, Cambridge (EUA).
- CLAHSEN, H; S. Eissenbeiss & M. Penke (1996) Lexical learning in early syntactic development. Em H. Clahsen, ed., *Generative Perspectives on Language Acquisition*, 129-159. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- GUILFOYLE, E. (1984) The acquisition of Tense and the emergence of lexical subjects. *McGill Working Papers in Linguistics*. McGill University, Montreal.
- HOEKSTRA, T.; N. Hyams; M. Becker (1997) The underspecification of Number and the licensing of root infinitives. *BUCLD Proceedings* 21, 293-306.
- HORNSTEIN, N. (2001) *Move! A minimalist theory of construal*. Oxford (Inglaterra): Blackwell.
- LOPES, R. E. V. (2001a) Aquisição da linguagem: novas perspectivas a partir do Programa Minimalista. *DELTA* 17, 245-281.
- . (2001b) Command and the acquisition of subject and object in Brazilian Portuguese. Artigo apresentado durante a 4ª Conferência on the Acquisition of Spanish and Portuguese as First and Second Languages. University of Illinois, Urbana.
- . (2002) *The production of subject and object in Brazilian Portuguese by young children*. Ms., UFSC/UMCP.
- MEISEL, J. (1997) Parâmetros na aquisição. Em P. Fletcher & B. MacWhinney, eds., *Compêndio da linguagem da criança*, 21-40. Porto Alegre: Artes Médicas.

- PLATZACK, C. (1996) The initial hypothesis of syntax: a minimalist perspective on language acquisition and attrition. Em H. Clahsen, ed., *Generative Perspectives on Language Acquisition*, 369-414. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- POLLOCK, J.-Y. (1989) Verb movement, Universal Grammar, and the structure of IP. *Linguistic Inquiry* 20, 365-424.
- RADFORD, A. (1997) Estrutura Frasal e Categorias Funcionais. Em P. Fletcher & B. MacWhinney, eds., *Compêndio da Linguagem da Criança*, 395-415. Porto Alegre: Artes Médicas.
- RIZZI, L. (1994) Some notes on linguistic theory and language development. *Language Acquisition* 3, 371-394.
- ROBERTS, I. (1997) Creoles, markedness and the language bioprogram hypothesis. *Estudos Lingüísticos e Literários* 19, 11-24.
- URIAGEREKA, J. (1998) *Rhyme and Reason*. Cambridge (EUA): MIT Press.
- . (2002) *A Mind Plan?* Colloquium talk at Postdam University.
- VAN KAMPEN, J. (1997) PF/LF convergence in acquisition. *Proceedings of the North East Linguistic Society* 26, 149-163.
- WEXLER, K. (1998) Very early parameter setting and the unique checking constraint: a new explanation of the optional infinitive stage. *Lingua* 106, 23-79.